PROJETO DE LEI Nº 2.097, de 2007

Acrescenta parágrafo ao art. 16 da Lei Nº 10.865, de 30 de abril de 2004, que dispõe sobre a Contribuição para os Programas de Integração Social e de Formação do Patrimônio do Servidor Público e a Contribuição para O Financiamento da Seguridade Social incidentes sobre a importação de bens e serviços e dá outras providências.

AUTOR: DEPUTADO ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO

RELATOR: DEPUTADO JÚNIOR COIMBRA

1. RELATÓRIO

O Projeto de Lei nº 2.097, de 2007, de autoria do nobre Deputado Antonio Carlos Mendes Thame, acrescenta parágrafo ao art. 16 da Lei 10.865, de 2004, que instituiu a Contribuição para o PIS/PASEP e a COFINS incidentes sobre a importação, para estabelecer que as pessoas jurídicas tributadas pelo imposto de renda com base no lucro presumido têm direito à geração e ao aproveitamento de créditos da Contribuição para o PIS/PASEP e da COFINS incidentes sobre a importação de bens e serviços que efetuem.

A Comissão de Desenvolvimento Econômico, Indústria e Comércio - CDEIC aprovou unanimemente o Projeto, nos termos do parecer do Relator, Deputado Guilherme Campos.

O feito vem a esta Comissão, na forma do Regimento, para verificação prévia da compatibilidade e adequação financeira e orçamentária, não tendo sido apresentadas emendas no prazo regimental.

É o relatório.

2. VOTO

Cabe a esta Comissão, além do exame de mérito, inicialmente apreciar a proposição quanto à sua compatibilidade ou adequação com o plano plurianual, a lei de diretrizes orçamentárias e o orçamento anual, nos termos do Regimento Interno da Câmara dos Deputados (RI, arts. 32, X, “h” e 53, II) e de Norma Interna da Comissão de Finanças e Tributação, que *“estabelece procedimentos para o exame de compatibilidade ou adequação orçamentária e financeira”*, aprovada pela CFT em 29 de maio de 1996.

Comissão de Finanças e Tributação

A Lei de Diretrizes Orçamentárias de 2012 (Lei nº 12.465, de 12 de agosto de 2011), em seus art. 88 e 89, condiciona a aprovação de proposições legislativas, sob a forma de projetos de lei ou medidas provisórias, que instituem ou alterem tributo, à apresentação de estimativas desses efeitos, elaboradas ou homologadas por órgão da União, para cada um dos exercícios compreendidos no período de 2012 a 2014, detalhando a memória de cálculo respectiva e correspondente compensação, nos termos das disposições constitucionais e legais que regem a matéria. As proposições legislativas que concedam ou ampliem incentivo ou benefício de natureza tributária, financeira, creditícia ou patrimonial deverão conter cláusula de vigência de no máximo 5 anos, sendo facultada sua compensação mediante o cancelamento de despesas em valor equivalente.

Ainda em seu art. 88, a LDO 2012 destaca que a remissão à futura legislação, o parcelamento ou a postergação para exercícios futuros do impacto orçamentário-financeiro não elidem a necessária estimativa e correspondente compensação.

O art. 14 da Lei de Responsabilidade Fiscal - LRF, exige estar a proposição acompanhada de estimativa do impacto orçamentário-financeiro no exercício em que deva iniciar sua vigência e nos dois seguintes, assim atender o disposto na lei de diretrizes orçamentárias e a pelo menos uma de duas condições alternativas.

Uma condição é que o proponente demonstre que a renúncia foi considerada na estimativa de receita da lei orçamentária e que não afetará as metas de resultados fiscais previstas no anexo próprio da lei de diretrizes orçamentárias. Outra condição, alternativa, é que a proposição esteja acompanhada de medidas de compensação, no período mencionado, por meio do aumento de receita, proveniente da elevação de alíquotas, da ampliação de base de cálculo ou da majoração ou criação de tributo ou contribuição, podendo o benefício entrar em vigor apenas quando implementadas tais medidas.

Da análise do Projeto, verifica-se que, por serem tributados com base em valor adicionado presumido e tributariamente substituídos pelo seu fornecedor para o recolhimento das contribuições incidentes devidas, o reconhecimento, às pessoas jurídicas tributadas pelo imposto de renda com base no lucro presumido, de direito à geração e ao aproveitamento de créditos da Contribuição para o PIS/PASEP e da COFINS, incidentes sobre a importação de bens e serviços que efetuem, não encontra nenhuma base econômica que o justifique, pois o montante das contribuições devidas e antecipadamente arrecadadas e recolhidas pelo seu substituto tributário são apenas cerca de 32 % (trinta e dois por cento) dos créditos a que passariam a ter direito com a aprovação da Proposta.

De qualquer forma, qualquer aproveitamento de créditos reconhecido especificamente a essas pessoas jurídicas, por implicar redução na arrecadação das mencionadas contribuições e de outros tributos ou contribuições federais, em razão de concessão de benefício concedido de forma discriminada, configura evidente

Comissão de Finanças e Tributação

renúncia de receita tributária. Apesar disso, a proposição não está instruída com as informações preliminares exigidas pela LRF com vistas à sua admissibilidade orçamentária e financeira, a saber: a estimativa de renúncia de receita, as medidas de compensação ou a comprovação de que a renúncia não afetará as metas de resultados fiscais previstas na LDO, por já ter sido considerada na estimativa da receita constante do orçamento anual.

Destarte, malgrado os nobres propósitos que nortearam a elaboração do Projeto, não pode o mesmo ser considerado adequado e compatível sob a ótica mais restrita da adequação orçamentária e financeira. Ademais, fica também prejudicado o exame quanto ao mérito na Comissão de Finanças e Tributação, de acordo com o disposto no art. 10 da Norma Interna da CFT.

Por todo o exposto, voto pela **INADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA DO PROJETO DE LEI N° 2.097, DE 2007**, ficando, assim, prejudicada a apreciação de seu mérito.

Sala da Comissão, em 07 de novembro de 2012.

DEPUTADO JÚNIOR COIMBRA
Relator